

O patrimônio cultural norte-mineiro: fotografias e sítios arqueológicos

Laura Pereira Nery

Graduada em História pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

E-mail: laura_pnery89@hotmail.com / lpnery89@hotmail.com

Thiago Pereira

Graduado em História pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

E-mail: thiagog144@yahoo.com.br / historiadorthiago@hotmail.com

Resumo: este artigo busca estudar o Patrimônio Cultural, especificamente o icnográfico e o arqueológico. As possibilidades da utilização da fotografia como fonte documental para o trabalho em sala de aula no ensino de História, constituindo e promovendo habilidades de pesquisa, síntese, compreensão e construção do conhecimento sobre uma realidade, cujo ponto de partida é o resgate da memória local, bem como suas políticas públicas de proteção. Já os sítios arqueológicos norte – mineiros podem estar articulados com procedimentos de educação patrimonial, dentre eles os de sala de aula, o que é fundamental para a preservação e promoção destes bens patrimoniais que contribuem para ampliar o conhecimento sobre a pluralidade e diversidade dos povos ameríndios.

Palavras-Chaves: Patrimônio Cultural Norte – Mineiro – Fotografias – Sítios Arqueológicos – Educação Básica.

INTRODUÇÃO

A Cultura é “um mundo resultante da ação humana; é o natural ou a natureza transformados pelo ser humano, formando um contorno de estilos de vida particulares a cada grupo social” (COIMBRA, 2003. p. 31). É o sistema de significados já estabelecidos por outrem, de modo, que ao nascer, a criança encontra o mundo de valores já sistematizados, onde ela se situa quanto linguagem, alimentação, maneiras de andar, brincar e correr, a moda e vestiário.

Para o IEPHA (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais), a cultura possui produtos que são objetos, registros, valores, sons, ritos e lendas, que nos permitem conhecer a nós mesmos e também, ao ambiente que estamos inseridos. Assim, a cultura fortalece e ilustra a nossa memória, que é constituída de lembranças, reminiscências e vestígios, (IEPHA, 2008, p. 3), ou seja, a memória social está diretamente ligada ao patrimônio cultural - a somatória dos bens culturais portadores de valores que podem ser legados à posteridade.

O patrimônio cultural tem recebido na atualidade, atenção significativa à sua preservação; diversos estudiosos como historiadores, jornalistas, artistas, gestores culturais, engenheiros, políticos e alcançando as pessoas comuns. A proteção dos bens tangíveis e intangíveis, isto é, os que possuem materialidade como os sítios históricos, os casarões, as fotografias e os que não possuem como as lendas, os saberes e os modos de fazer; são de responsabilidade do poder público com a colaboração da comunidade, através de diferentes maneiras como os inventários, os registros, os tombamentos e as desapropriações. A constituição brasileira de 1988, no artigo 216, atualizou o conceito do patrimônio cultural do país:

Artigo 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomando individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Das inúmeras variações do patrimônio cultural, têm-se os sítios arqueológicos pré-históricos e as fotografias, que são instrumentos e produtos da cultura, e serão apresentados como objetos para possíveis medidas para sala de aula e comunidade em geral. A escolha destas duas vertentes se deu por tratar de objetos de pesquisa dos autores em seus trabalhos de conclusão de curso, apresentados à graduação de História da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

1. O PATRIMÔNIO ICONOGRÁFICO EM SALA DE AULA: Considerações sobre a utilização de fotografias no ensino de História.

A Constituição Federal e a legislação ordinária expressam a partir de diversos artigos, a preocupação em garantir a proteção do Patrimônio Cultural. Segundo o inciso III, do artigo 23 da carta política brasileira, é competência comum da União, Estados e Distrito Federal e Municípios, proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, as paisagens naturais e os sítios arqueológicos.

A iconografia, portanto, foi compreendida como uma área de grande importância na preservação do Patrimônio histórico e artístico, portadora de toda uma especificidade inerente à sua conservação e divulgação, além de importante elemento para o estudo da História e áreas afins. Luis Rodolfo Moura, citando o dicionário de língua portuguesa PRIBERAM, traz o conceito da palavra iconografia:

A escrita da imagem, o termo é de procedência grega: *elkon* (imagem) e *graphia* (escrita). Todo trabalho consagrado ao estudo e descrição explicativa das imagens de qualquer gênero (pintura, escultura, medalhas, etc.), pode ser uma coleção de retratos de homens célebres, representação de imagens de um livro, um conjunto de imagens relativas a um assunto, ou seja, é a arte de representar por imagens. (MOURA, 2009)

Como pontuado pelo PRIBERAM, a iconografia deve ser entendida como a análise da imagem, uma observação minuciosa e descritiva do conteúdo que essa imagem expressa. Assim, podemos pensar que ela exerce um mecanismo de interpretação das representações

visuais. Além de materializar um testemunho de variadas vertentes do pensamento como o político e religioso num determinado contexto social e cronológico. Dos vários elementos iconográficos, optamos por trabalhar com os documentos fotográficos – por constituírem um acervo documental informativo essencial ao conhecimento histórico, e por vezes de melhor ou mais fácil acesso aos alunos em sala de aula.

Embora os historiadores em geral fiquem mais à vontade com documentos escritos, tem crescido a utilização de diversos tipos de materiais como fonte. Sendo muitas vezes mal capacitados para lidar com material visual, muitos utilizam as imagens apenas de maneira ilustrativa. Porém, alguns historiadores têm proporcionado valiosas contribuições à visão do passado – e do local em que nele está inserido o material visual – usando as imagens de uma forma sofisticada e especificamente histórica. Sendo assim, a possibilidade da utilização da fotografia como fonte documental no trabalho da História constitui e promove habilidades de pesquisa, síntese, compreensão e construção do conhecimento sobre uma realidade, cujo ponto de partida é o resgate da memória local.

Além da crescente e veloz evolução tecnológica que envolveu a utilização da máquina fotográfica, a fotografia passou a figurar como um discurso da verdade, importante documento comprobatório de determinado acontecimento. Para Kossoy (1989, p. 15), com enorme aceitação da fotografia, esta passou a documentar as expressões culturais dos povos “(...) exteriorizadas através de seus costumes, habitação, monumentos, mitos e religiões, fatos sociais e políticos”. Essas imagens produzidas preservam – embora de forma fragmentada – a memória visual dos cenários e personagens, dos eventos e das transformações ininterruptas, tornando-se a fotografia um documento visual revelador e fundamental na disseminação das informações histórico-culturais.

Visando refletir e estudar sobre as imagens fotográficas enquanto fonte e suas possibilidades na utilização para a compreensão histórica, confronta-se com o fato de que no momento em que as observamos e analisamos, nós estamos diante da “segunda realidade”, ou seja, a do documento. E é nesse sentido que o documento passa a ser um artefato que contém registros visuais, implicando numa imagem de representação de determinado momento histórico recortado no tempo e espaço, formando um conjunto de informações multidisciplinares, e não representando unicamente um “objeto estético de época”. Nesse sentido, Reis cita inovações propostas por Febvre quanto a fontes históricas:

Febvre proporá uma outra “inovação”: ele defenderá a ampliação do “arquivo do historiador”. A história, para ele, pode ser feita com todos os documentos que são

vestígios da passagem do homem. O historiador não pode se resignar diante de lacunas na informação e deve procurar preenchê-las. (...) O historiador tem como tarefa vencer o esquecimento, preencher os silêncios, recuperar as palavras, a expressão vencida pelo tempo. (REIS, 2000, p.77)

Diante da reflexão crítica sobre a fotografia, podem-se criar sistemas de interpretação que venham dar condições de sua análise como documento complementar riquíssimo para a História. E, trabalhar com a documentação fotográfica implica na interpretação do conteúdo imagético: olhar – analisar – interpretar. O olhar supõe o primeiro contato com a imagem numa condição rápida, sem a preocupação de identificá-la. Analisar fotografias é fazer uma leitura dos componentes da imagem de seu respectivo conteúdo e a busca da sua contextualização. Por fim, tem-se a interpretação que se caracteriza como a ação que depende do meio sociocultural e da peculiaridade do observador.

É nesse estado que se manifesta o caráter polissêmico da fotografia. Quando os leitores fazem parte do mesmo meio sócio-cultural, tendem a fazer a mesma leitura de identificação, mas cada um interpreta da sua forma, em função de sua idade, de seu sexo, de sua profissão e de sua ideologia. (LIMA, 1988, p.22)

Portanto, o historiador dispõe de critérios específicos para trabalhar a fotografia enquanto documentação histórica. Entre vários critérios, vale destacar o conhecimento das imagens fotográficas do período estudado e seus elementos constitutivos, pois, permitem inseri-la no contexto histórico ao qual pertence como representação da realidade. Torna-se extremamente importante a análise fotográfica partindo da desconstrução para a reconstrução da imagem, a fim de explorar o seu conteúdo informativo para ampliar o universo interpretativo da História, atribuindo-lhe valor e não a empregando como mera “ilustração” do conhecimento ou fato, como quase sempre ocorre.

1.1 FOTOGRAFIA E HISTÓRIA LOCAL: Possibilidades de Desenvolvimento de um Pensamento Histórico

O uso da fotografia incorporado à História Local também possibilita o desenvolvimento de um pensamento histórico através do agrupamento das memórias mais próximas aos alunos, sejam elas dos moradores dos bairros ou de outros locais, como a zona rural, podendo ser seus pais, avós e vizinhos, ou seja, pessoas que colaboram com depoimentos (fontes orais) e fotografias. As possibilidades do trabalho com fotografias e dos depoimentos são amplas, podendo levar o estudante a perceber-se como sujeito histórico, levando-os a produzir o conhecimento, a valorizar as pessoas que fazem parte do seu cotidiano, bem como da Memória composta por monumentos da cidade ou acontecimentos sociais e culturais; é fazer com que conheçam sua História e sua Memória, e que reconheçam sua própria identidade.

No final do século XX, em específico a partir da década de 1980, houve um repensar do ensino de História propondo o uso de diferentes linguagens culturais em sala de aula. Nessa mesma época, a imagem passou a ser utilizada com maior frequência, como evidência em relação ao passado. Situamos então a fotografia nesse contexto, considerando-a como um importante objeto mediador para a construção do conhecimento histórico. A leitura ou análise das fotografias permite, a partir do primeiro contato com a imagem, a identificação do tema, a reflexão sobre os elementos apresentados, ou melhor, a consciência do que vê e a interpretação do fato apresentado à sua contextualização, sendo operações fundamentais que possibilitam concomitantemente a leitura e compreensão da fotografia e a construção do conhecimento.

O estudo da História Local também é uma estratégia pedagógica para o ensino e aprendizagem da História, que pode ser trabalhada juntamente com a utilização de fotografias. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do ano de 1997, inclusive, recomendam que, no primeiro e segundo ciclo do ensino fundamental, o professor inicie os estudos partindo do tempo presente e da História Local para, gradualmente, os alunos estudarem outros tempos e espaços. Segundo os PCNs:

(...) deve-se dar preferência aos trabalhos com fontes orais e iconográficas e, a partir delas, desenvolver trabalhos com a linguagem escrita. De modo geral, no trabalho com fontes documentais — fotografias, mapas, filmes, depoimentos, edificações, objetos de uso cotidiano —, é necessário desenvolver trabalhos específicos de levantamento e organização de informações, leitura e formas de registros. (MEC/SEF, 1997, p.39)

Ainda de acordo com os Parâmetros Curriculares, o ensino e a aprendizagem da História estão voltados, inicialmente, para atividades em que os alunos possam compreender as semelhanças e as diferenças, as permanências e as transformações no modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas. “Assim, os documentos são entendidos como obras humanas que registram, de modo fragmentado, pequenas parcelas das complexas relações coletivas”. (MEC/SEF, 1997, p.55).

Concernente ainda à utilização de imagens fotográficas no ensino da História Local, os PCNs alertam:

As reflexões sobre a linguagem fotográfica são importantes de serem consideradas em relação às outras fontes documentais, quando se fala na organização de situações didáticas com conteúdos históricos escolares. Assim, entre muitos aspectos, o professor pode ensinar a seus alunos a preocupação que se pode ter com as técnicas, os materiais e os estilos de vestimentas, habitações e transportes, as diferentes lembranças das pessoas sobre uma mesma época, o arquivamento de documentos, as diferenças de atendimentos de serviços públicos na cidade, (...). A intenção é que os alunos (...) construam atitudes questionadoras. procurem informações em detalhes não facilmente observados, identifiquem informações não apenas por meio daquilo que imaginam inicialmente, mas, também, a partir de detalhes que não foram considerados, e aprendam a comparar e a confrontar as informações obtidas em uma pesquisa. (MEC/SEF, 1997, p.56)

Assim sendo, as renovações no campo da historiografia influenciam o ensino com a inserção de diversas fontes escritas, orais e iconográficas que são valorizadas na medida em que possibilita inserir os alunos em atividades de investigação, análises e reflexões, entendendo que o conhecimento histórico também está presente em fontes como aquelas em estado de arquivo familiar, por exemplo, as fotografias, que podem contribuir para o estudo da História Local.

Tomemos como exemplo o trabalho efetivado por acadêmicos do curso de História, da Universidade Estadual de Montes Claros. O mini-curso *A História de Montes Claros através de seu patrimônio histórico material* (OLIVEIRA, 2009, p.115) foi desenvolvido com alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro, em Montes Claros – MG, no segundo semestre de 2009. Foram observados, resultados positivos referentes ao uso da fotografia em sala de aula. Como método de ensino, inicialmente nós apresentamos aos alunos como se deu a formação da cidade de Montes Claros – MG. Para tal análise, utilizamos obras de historiadores e memorialistas fazendo diálogo com as fotos mais antigas da cidade, traçando o contexto histórico e identificando as mudanças ocorridas; o segundo momento do mini-curso contemplou a visita ao centro histórico da cidade, contando com a colaboração da professora de História da Arte / UNIMONTES, Marta Verônica Vasconcelos Leite.

A partir dessa experiência, percebemos que houve por parte dos alunos interesse em conhecer a História da cidade, saber onde eram determinados lugares, quais foram as modificações ocorridas através do tempo, quem foram aquelas pessoas presentes nas fotografias. Resposta essas que podem ser dadas a partir de relatos de moradores antigos da cidade. Quanto à postura ou métodos a serem utilizados pelos professores, ressalta-se que estes podem adquirir uma nova postura em sala de aula, utilizando diferentes meios e linguagens, podendo estudar o passado e o presente por meio de uma reflexão crítica.

1.2 “FOTOGRAFIA É MEMÓRIA E COM ELA SE CONFUNDE”: Imagens da Cidade de Montes Claros – MG das décadas de 1930 a 1960

Entender a História da cidade através de fotografias e dos personagens vivos e ativos da comunidade faz com que a análise historiográfica esteja aberta às experiências humanas e as transformações sociais sejam apreendidas com novos matizes. Partindo da legitimação do estudo da História Local através de fotografias, faz-se necessário que estes estejam interligados a um contexto maior e, neste caso, analisa-se a cidade de Montes Claros no período de 1930 a 1960 ¹.

¹ Apresentamos aqui trechos da pesquisa desenvolvida pela autora Laura Pereira Nery quanto ao trabalho IMAGENS E MEMÓRIA: ASPECTOS DA HISTÓRIA DE MONTES CLAROS REGISTRADOS ATRAVÉS DE FOTOGRAFIAS (1930-1960).

Montes Claros, assim como todo o Norte de Minas, teve no início de sua formação, as bandeiras baianas e paulistas. Antônio Gonçalves Figueira – bandeirante paulista ligado à bandeira de Fernão Dias Paes Leme –, fundou a Fazenda Montes Claros, que viria a ser, a partir da Lei nº 812 de 03 de Julho de 1857, elevada à categoria de cidade – Cidade de Montes Claros. Em reportagem da publicação “Montes Claros em revista”, datada de Abril de 1944, o professor Athos Braga descreveu em “ligeiros traços” a fisionomia de Montes Claros dos anos 1930 a 1944. Uma descrição pessoal e muito negativa da cidade:

Uma cidade velha, mais ou menos estilo 1850, com ruas anacrônicas, vielas escuras, casarões antediluvianos, cidade poeirenta, sem luz, sem água, sem exgoto, sem logradouros públicos onde a gente pudesse passear um pouco, absorvendo um tiquinho de oxigênio, e sentindo o cheiro de clorofila... Uma aldeia-grande habitada por *estrepes* e *pelados*, gente “de cima” e gente “de baixo” que o recente prélio eleitoral dissentira ainda mais e a revolução parece haver separado irremediavelmente.(BRAGA, 1944).

As fotografias desse período pesquisado nos demonstram que não era bem assim e, segundo a montesclarenses e professora de História da Arte Marta Verônica Vasconcelos Leite², a cidade teve um traçado colonial, com formação de ruas estreitas, mas arquitetonicamente há uma renovação do estilo colonial para o estilo neoclássico e eclético, ao longo das décadas de 30, 40, 50 e na década de 60, influenciada pelo Modernismo e pela construção de Brasília – DF, várias construções surgem renovando o centro da cidade paulatinamente. Assim sendo, as fotografias apresentadas a moradoras antigas da cidade, nos ajudam a conhecer os traçados e o desenvolvimento da cidade das décadas de 1930 a 1960, por meio das memórias dessas moradoras. Memórias essas que repassadas aos alunos, contribuíram para a ampliação do conhecimento histórico.

² LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. Entrevista concedida em 02/06/2010.

O PALÁCIO EPISCOPAL CRISTO REI E PRAÇA DOUTOR CHAVES (A PRAÇA DA MATRIZ)



Figura 1 - Palácio Episcopal Cristo Rei e Praça Dr. Chaves.

Fonte: Disponível em < <http://montesclaros.com/ft/default.asp?album=antigas>>

Acesso em: Jan. 2009

A presente fotografia é datada de 1937, e apresenta a Praça Doutor Chaves com seu jardim construído entre a década de 30-40, sob o mandato do prefeito Dr. Antônio Teixeira de Carvalho (o Dr. Santos). Observa-se também o Palácio Episcopal, edificação que possui grande imponência e importância religiosa, histórica e arquitetônica, tendo aspectos formais ligados ao Neoclássico. O Palácio foi construído em 1914 para melhor acomodar a Diocese de Montes Claros, criada em 10 de Dezembro de 1910 pelo Papa São Pio.

Apresentada a Figura 1 à entrevistada Carmen Netto Victória, ela escreve algumas lembranças de sua meninice, fatos que se passaram no Palácio do Bispo, assim chamado por ela:

De arquitetura modesta, mas aos meus olhos infantis, era imponente e muito bonito. Era a residência dos bispos. Tenho uma lembrança que muito me impressionou: quando Dr. Aristides de Araújo Porto faleceu, o palácio se cobriu de panos pretos e também as janelas do prédio. Os restos mortais bispo foram embalsamados e o corpo ficou exposto por 2 ou 3 dias. E eu não saía de lá, tão impressionada fiquei.³

Carmen Netto também remete as suas lembranças às celebrações que havia no Palácio. “O Palácio tinha uma capela onde aos domingos os fiéis assistiam a missas. Também lá era realizada a Páscoa dos bancários e de outras categorias profissionais. Após a missa, era servido um café muito elegante, com iguarias deliciosas feitas pelas esposas dos bancários”.⁴ É interessante notar que a mesma entrevistada, em uma crônica intitulada “Precursoras”, faz referência às mulheres montesclarenses que apresentavam dotes culinários e apreço pela família, e que “nas décadas de 40 e 50, as mulheres pertenciam tradicionalmente à casa e os homens, às ruas. Naquela época algumas mulheres viveram um “feminino prático”, escolheram suas próprias batalhas dentro de suas vivências”.(VICTÓRIA, 2011).

GINÁSIO MUNICIPAL DE MONTES CLAROS



Figura 2– Ginásio Municipal de Montes Claros

Fonte: Disponível em < <http://montesclaros.com/ft/default.asp?album=antigas>>

Acesso em: Jan. 2009.

³ VICTÓRIA, Carmen Netto. Memórias escritas em 25/04/2011.

⁴ Ibidem., 25/04/2011.

Fotografia realizada por volta da década de 30-40 apresenta um dos primeiros e mais antigos educandários de Montes Claros. Teve grande importância histórica por ter cumprido sua finalidade institucional de “forjar o caráter e o preparo intelectual de diversas gerações de rapazes e moças que por lá passaram” (LIVIO, 2009) e que foram e ainda são parte da elite intelectual da cidade. Pelo Ginásio, ainda “suspiram de saudades”. Assim nos fala a entrevistada Maria Amélia, que lá estudou nos anos 40. “Estudar naquele tempo era bom demais, porque todo mundo conhecia todo mundo! Bom mesmo eram os professores. Tinha professores excelentes, professores muito bons mesmo”.⁵

A entrevistada Heloísa Netto Castro se lembra das façanhas que os jovens faziam, mas que eram superadas com muita competência pelo diretor. A partir de seu testemunho, relembra:

(...) num amplo espaço, onde havia várias salas de aulas, salas de diretoria e um grande porão onde se escondiam os adolescentes e rapazes para espiar as lindas jovens, com seu uniforme azul e branco, que por lá passavam, sobre o piso de tábuas largas e não muito juntas. Ao descobrirem tal façanha, todas elas correram ao diretor, Dr. Alfredo Coutinho. Este, sabidamente, trancou a porta do porão; carinhosamente, conduziu as alunas à sala de aula. Meu testemunho em relação ao diretor não é fantasia, nem ficção, é real. Em toda minha vida, jamais encontrei educador que superasse a competência, a sabedoria, a bondade, predicados esses, aliados a uma autoridade, na medida certa. A sua saída foi por nós considerada uma grande e significativa perda, deixando um vazio indizível na área do ensino e educação em Montes Claros.⁶

Tendo passado por pleno regime deficitário, por volta de 1949 a 1950 é construído e inaugurado o novo prédio, o Colégio Diocesano Nossa Senhora Aparecida, com o objetivo de dar continuidade aos serviços do Ginásio, que prestava relevantes serviços à finalidade de educar a juventude de Montes Claros, da região e de boa parte da Bahia.

Esta pesquisa apresentada aqui de forma sintética, buscou resgatar parte da memória da cidade de Montes Claros, de modo a construir um universo informativo do período de 1930 a 1960, utilizando a fotografia como documento, tendo como apoio a História Oral. Nesse

⁵ VASCONCELOS, Maria Amélia Oliveira. Entrevista concedida em 21/03/2010.

⁶ CASTRO, Heloisa Netto. Memórias escritas em 22/04/2011.

processo, foram identificadas reações distintas no relacionamento das entrevistadas com a fotografia, desencadeadas pelo conhecimento de cada uma delas: umas desenvolveram uma relação documental extraindo informações objetivas sobre as imagens, outras, mantêm com ela uma relação emocional, que enriquece a Memória da cidade com maior subjetividade e detalhes. O resultado dessas observações possibilitou uma visão da História da cidade ainda não registrada, que podem ser repassadas aos alunos, se trabalhadas corretamente as fotografias pelos educadores, as utilizando enquanto documento histórico-cultural.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PRÉ-HISTÓRICO NORTE MINEIRO: Possibilidades e Alternativas para historiadores norte – mineiros; O Exemplo do Piauí

Há cerca de quinhentos e dez anos, os portugueses chegaram às margens da região que posteriormente seria designada como Bahia, no atual Brasil, encontrando populações plurais que viviam no território, há no mínimo, quinhentos anos (PESSIS, 2006). Ao longo deste extenso período de adaptação, foi possível um acúmulo de conhecimentos e de técnicas para a sobrevivência, o que também pode ser compreendida por expressiva base cultural dessas sociedades.

Esse “encontro” dos europeus com os povos aborígenes, “provocou um choque cultural devastador. Os contextos de origem e as escolhas de valores, sobre os quais foram forjadas as duas culturas, eram totalmente diferentes.” (PESSIS, 2006, p. 17). Desde os primórdios da colonização, religiosos, funcionários públicos, naturalistas viajantes registraram sobre os modos de vida dos grupos indígenas; que interpretaram com dogmatismo e entenderam que os povos ameríndios se encontravam em estágio evolutivo inferior. A visão européia desde o início estabeleceu estereótipos de referência, que legitimaram um genocídio cruel e ainda, sob outras maneiras, inacabado que se projeta até o presente.

Somente no século XX, com os primeiros etnógrafos que trabalharam no Brasil com os povos que sobreviveram à época, tivemos resultados e exames preliminares determinantes para questionar o estigma de bárbaros dos ameríndios. Assim, todo o período anterior ao estabelecimento da colonização portuguesa no Brasil é designado como Pré-história, e as fontes que remetem aos povos autóctones americanos, são chamadas de pré-históricas. A importância de pesquisas interdisciplinares é fundamental; iniciadas tardiamente

no Brasil, somente no século XX, abrem possibilidades de encontrar respostas para uma série de questionamentos sobre a origem e a pluralidade dos distintos grupos que habitaram o território.

A região norte do estado de Minas Gerais possui significativa parte das principais concentrações dos sítios arqueológicos até agora catalogados pelo IPHAN/MG, apenas 3% de todo potencial de Minas foi inscrito no sistema de gerenciamento do órgão e boa parte dos sítios conhecidos faz parte da bacia do rio São Francisco.

2.1 DEMASIADO HUMANO: As Origens e Reflexões Sobre a Ocupação das Américas

Para Braudel (2001), o historiador ao partir da Pré-história, busca saber ao certo de onde vem o homem, sendo a Arqueologia, o único e verdadeiro recurso:

Seguiremos, pois, os conselhos de Alfred Weber, sociólogo tão profundamente interessado no conhecimento da História. Desde 1935 que ele proclama a necessidade de partirmos francamente da Pré-História, vista no seu todo, para sabermos ao certo o que é e donde vem o homem. Mas reconheçamos as dificuldades da viagem. No mundo sem fim que precede a escrita, não há Heródoto que nos conte o Egito do seu tempo, nem textos hieroglíficos ou cuneiformes que o erudito nos possa decifrar. Desde que os homens falem e transcrevam as suas falas, temos uma hipótese de os compreender. Como imaginar, sem nenhum documento escrito, a sua vida, as suas lendas, as suas religiões? O único verdadeiro recurso é a arqueologia, ciência à parte que ainda mais se complica quando se trata de arqueologia pré-histórica [...] Dado que a França, pelos seus depósitos, e não menos pelos seus pré-historiadores, desempenhou um papel pioneiro na implementação da ciência pré-histórica. (BRAUDEL, 2001).

Acredita-se que a nossa espécie (*homo sapiens*) tenha surgido na África por volta de 100 a 200 mil anos e que deste continente, alcançou a Europa e a Ásia e em determinado momento migrou para a América, o hiato ainda não preenchido, permite varias hipóteses sobre os primórdios da ocupação humana do continente. Dentre elas, a passagem pela Beríngia (ou Bering), elaborada nos anos de 1950 por pesquisadores norte-americanos, que data o surgimento do homem, na região, há 30.000 anos. Há pesquisadores, com base na idade dos fósseis encontrados, delegam as ocupações do continente entre 12 a 20 mil anos a.C.

Entretanto, outros pesquisadores como Niède Guidon e arqueólogos britânicos no México, baseados em estudos como da Serra da Capivara, Piauí, Brasil que encontraram vestígios humanos há mais de 50.000 anos, acreditam que Bering, foi uma das pontes biogeográficas de deslocamento, mas não a única, tendo diversas vias de acesso, como possíveis deslocamentos de embarcações⁷ oriundas da África, porque o mar estava a 140 metros abaixo do que está hoje, portanto, havia muito mais ilhas e a plataforma continental era muito maior do que a atual. Nestas ilhas, existia alimentação que favorecia a permanência destes prováveis deslocadores, que muitos deles, posteriormente, deslocariam a outros lugares, até chegar ao continente.

Estas considerações sintéticas aqui apresentadas, nos colocar em situação desconfortável, na medida em que há peças do “quebra-cabeça” ainda não descobertas ou desvendadas, o que legitima a necessidade de mais pesquisas interdisciplinares e continuidade das já existentes, para avanços científicos. Para Guidon⁸, a Arqueologia é uma ciência dinâmica e os estudos dos arqueólogos e de áreas afins, necessita sintonizar com esta dinâmica da ciência, no sentido de não apegarmos a teorias e levantamentos que por suas próprias centralidades, já perderam as fundamentações, a partir de novos dados, estudos e áreas descobertas e pesquisadas.

2.1.1 HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA: Estudo de Caso do Piauí, modelo para o Norte de Minas

O patrimônio arqueológico do norte de Minas Gerais se relaciona diretamente com a Arqueologia, na perspectiva de decifrar os códigos e possíveis prospecções e escavações, mas cabe a História, a busca pelo “[...] reconhecimento cultural deste rico patrimônio, para mantê-lo preservado e fonte de pesquisa e por que não dizer de atração turística, podendo por isto, ser também fonte de desenvolvimento sustentável.” (DIAS, 2010, p. 988). Ainda de acordo com a historiadora Claudete Dias (2010. p.):

⁷ Em 1947, o norueguês Thor Heyerdahl, que foi geógrafo, zoólogo e arqueólogo, atravessou o oceano Pacífico, entre o Peru e ilhas da Polinésia, a bordo do Kon-Tik, uma balsa construída com totora – tipo de papiro nativo do lago Titicaca, Bolívia. Provando, que era possível, atravessar o oceano na Pré-história, dando consistência a sua teoria de que os primeiros povos da Polinésia poderiam ter vindo das Américas. BASTOS, Solange. *O Paraíso é no Piauí, a descoberta da arqueóloga Niède Guidon*. Rio de Janeiro: família Bastos editora, 2010, p. 23.

⁸ Considerações a partir do livro: *O Paraíso é no Piauí, a descoberta da arqueóloga Niède Guidon*. Rio de Janeiro: família Bastos editora, 2010.

A história permite que se analise estas pinturas, que são vestígios arqueológicos – não apenas tecnicamente – datação, significado, técnicas e autoria, mas como um instrumento cultural e artístico inserido na contemporaneidade e que pode servir de parâmetro para se identificar a sociedade. (DIAS, 2010, p. 987).

A pesquisadora de História Social e Cultural do Brasil e do Piauí lançou um esboço de uma linha investigativa do campo de História no Congresso Internacional de Pinturas Rupestres, realizado em São Raimundo Nonato – PI no período de 29 de junho a 03 de julho de 2009, pela Associação Brasileira de Arte Rupestre (ABAR). Nela levantou a problemática da guerra da colonização que dizimou no século XVIII os povos nativos do Piauí, que provavelmente estavam no território desde a Pré-história tendo elo entre estes nativos da época colonial com os pré-históricos. Há controvérsias em relação a essa questão. Para a autora:

Ao propor esta linha de investigação entre a História e a Arqueologia, esclareço que ela vem muito mais pela falta ou até inexistência dela, mas também pelo entusiasmo que move o interesse em estudar dados arqueológicos como fontes históricas que podem ser trazidos para a contemporaneidade. (DIAS, 2010, p. 992 – 993)

Demonstra caminhos que na atualidade são novos e ousados, mas que podem possibilitar caminhos sólidos para a próxima geração de historiadores e demais estudiosos que objetivam a interdisciplinaridade com a História:

É um assunto novo e ousa afirmar: não conheço nenhum livro tratando deste assunto, nem mesmo encontro formulado em nenhum lugar as múltiplas questões que ele sugere motivando esta historiadora a prosseguir nesta empreitada. Quando cito, que não temos nenhum estudo esclareço que eu não estou reclamando, estou indicando uma direção de pesquisa. Como ficar indiferente diante de tamanha riqueza? Mas deixa certa inquietação no espírito: é possível seguir adiante? Será um bom trabalho? Esta pesquisa pode mesmo ser realizada e resolvida? É uma tarefa ao mesmo tempo extremamente sedutora e terrivelmente difícil, afinal até hoje esta tarefa não foi feita pelos historiadores. [...] Mas o historiador não tem o

direito de desistir, seguindo as trilhas metodológicas de Lucien Febvre, que adverte para que não haja nenhuma ilusão: a tarefa é dura, os instrumentos metodológicos raros e de manipulação difícil. (DIAS, 2010, p. 988)

A própria pesquisa se faz, integrante desta articulação, já que cresceu próximo a uma das principais áreas arqueológicas das Américas:

Como historiadora nascida e criada em São Raimundo Nonato, e durante muitos anos tendo a Serra da Capivara como espaço de lazer e rota de passagem da estrada para Teresina, e interessada em desvendar este elo, sempre esteve em pauta a possibilidade de realizar uma pesquisa interdisciplinar. Mas sempre envolvida com as pesquisas históricas para o mestrado, doutorado e pós-doutorado, faltava tempo para enveredar pela Arqueologia tão próxima de mim. Finalmente, surgiu o tempo e o tema interdisciplinar. (DIAS, 2010, p. 992)

A Arqueologia ao desvendar as pinturas como testemunhos ou manifestações do sistema comunicativo dos povos indígenas pré-históricos, possibilita que a História aproveite-as como fontes para uma reflexão inserida na atualidade (a preservação do patrimônio cultural, e arqueológico), não apenas deixando-as na Pré-História. Assim, a historiadora conclui que:

Toda essa riqueza arqueológica nos permite ver mais claramente que a história do Piauí está ligada à História do Brasil e do mundo todo, e que as nossas raízes são muito mais profundas do que o limite inicial de uma data, no tão próximo século XVI. E ironicamente, é no Piauí, um dos estados mais pobres do Brasil, onde se encontra os vestígios de povoamento mais antigo das Américas. As pinturas rupestres são consideradas arte o que significa que as pinturas rupestres do Piauí estão inseridas no contexto da História da Arte do mundo pois a arte rupestre ou registro rupestre, é 'seguramente a primeira manifestação artística do homem'. [...] O Homem é objeto e método de estudo da arqueologia. Reconstituir e compreender as manifestações da existência dos nossos antepassados é seu objetivo e para isto resulta a fusão de métodos das mais diversas ciências, abrindo um leque vasto e diversificado de investigações interdisciplinares, como em nenhum outro domínio das ciências humanas. O estatuto ou definição da

Arqueologia está em permanente discussão, desde Platão que a via como ‘o estudo dos vestígios do passado’, passando pela era Romana quando se constituía no o estudo da antiguidade Grega, ou na era Cristã considerada como uma disciplina científica que estuda o passado, até alcançar a modernidade que define a arqueologia como nada mais do que ‘um método que procura a reconstrução do passado, que serve a História e nos pretende dar a conhecer antropologicamente o homem, desde o início dos tempos’, ou seja, a História e a Antropologia andam juntas com a Arqueologia, mesmo tendo atingido um alto nível teórico e, sobretudo metodológico, que a levaram a ser um domínio independente no estudo do passado humano, tornando-se não apenas uma disciplina auxiliar mas ganhou autonomia e maturidade como ciência com um corpo teórico central que a torna independente de qualquer das duas disciplinas. Mas mesmo assim para muitos autores a Arqueologia é uma forma de História, pois tendo o Homem e o Tempo como objetos de análise, sempre será ou História ou Antropologia. (DIAS, 2010, p. 987)

As considerações dos estudos revelam limitações metodológicas de analisar as pinturas rupestres como fontes históricas, o que necessita de cautela, embora “[...] não é mais possível a História ignorar os vestígios arqueológicos como fonte, pois até mesmo uma parcela dos arqueólogos não se satisfaz mais em apenas recuperar e descrever” (DIAS, 2010, p. 987) os vestígios do homem.

2.1.2 EDUCAÇÃO PATRIMÔNIAL: A Contribuição da Sala de Aula

“O poder público com a colaboração da comunidade promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro” é o que afirma o parágrafo 1º do artigo 216 da Constituição. Os meios para esta promoção e preservação são múltiplos, dentre eles, a educação patrimonial. De acordo com o IPHAN, temos a seguinte definição:

A Educação patrimonial é um processo permanente [...] no patrimônio cultural, como instrumento de afirmação de cidadania. Objetiva envolver a comunidade na gestão do Patrimônio, pelo qual ela também é responsável. (REVISTA DO IPHAN, 2007)

Deve ser aplicada a toda comunidade, mas o público infanto-juvenil deve ser especialmente atendido, por tratar-se da geração presente e futura, o que de acordo com Laczynski (apud IEPHA, 2008, p. 59), deve estar articulada com a educação básica, e quando isto ocorre, gera uma enorme possibilidade de conhecimentos:

A educação patrimonial permite à comunidade reapropriar-se de lugares, histórias, objetos, monumentos e tradições que foram ou são importantes do seu ponto de vista. Para que ocorra esta apropriação, o poder público pode promover propostas de aprendizagem que atraiam a atenção de pessoas de todas as idades, inclusive de aluno desde o ciclo fundamental. De uma forma lúdica e prazerosa, possibilita às pessoas que adquiram e registrem conhecimentos novos. As escolas que adotam esse tipo de metodologia conseguem provocar seus estudantes um interesse grande para o aprendizado. No caso conhecimentos novos para os outros membros da família. (REVISTA DO IPHAN, 2007)

A educação patrimonial objetiva aprender e conhecer a diversidade cultural, a fazer e participar do coletivo e a respeitar a diversidade cultural, de forma crítica, emotiva e criativa, resultando na preservação do patrimônio cultural pela sociedade, isto é, poder público, iniciativa privada e comunidade em conjunto. A sala de aula pode ser um dos muitos lugares para procedimentos de educação, outras instituições de classe podem também contribuir. As aulas de História e de Geografia podem ficar mais prazerosas, se trabalhar conceitos como o que é um bem, quais os bens que sua família possui a quem pertenciam ou pertencem? O que é cultura? O que é um bem patrimonial?

Jogos de comparação – fotos antigas de um sítio arqueológico ou histórico comparado com fotos atuais podem permitir questionamentos como o que existia e o que não existe mais? O meio de transporte do passado e os atuais? Como se vestiam as pessoas na foto antiga e as da foto contemporânea?



Figura 03 – Local: Sítio rupestre Lapa Pintada em Jequitaiá – MG. Grupos de amigos no ano de 1963 na primeira foto e grupo de amigos no entorno do sítio em 2008.

Fonte: Acervo Pessoal da Professora Aparecida Costa / Acervo Pessoal de Thiago Pereira, 2011.

Além de contribuir para criar um cerco fotográfico do patrimônio arqueológico local, é possível ainda um trabalho em diversas séries do ensino fundamental e médio, visando entrevistas parentes mais velhos, focando sobre a vida destes, a infância e adolescência com roteiros de perguntas pré-elaborados pelos professores que constem pontos como: onde morava, estudava, se a escola que os alunos integram, já existia, lugares que frequentavam, as músicas que ouviam, como se vestiam.

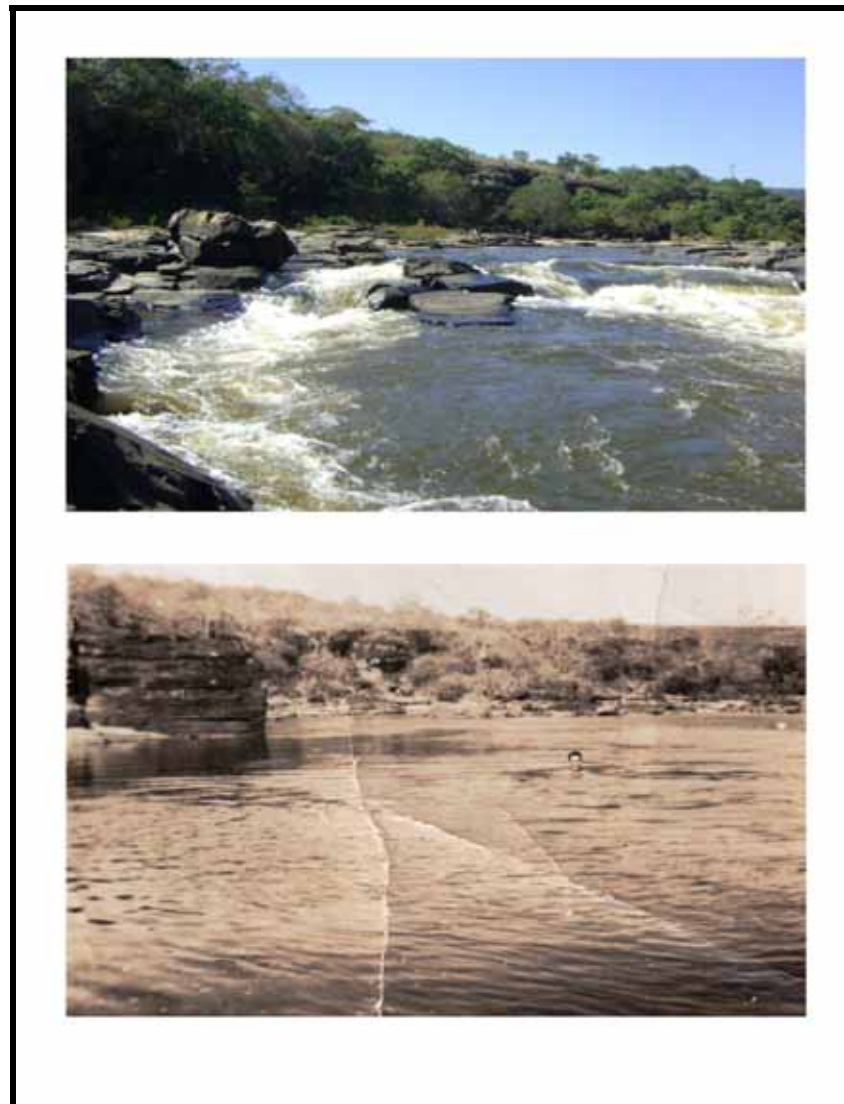


Figura 04 – Local: Rio Jequitaiá, próximo ao Sítio rupestre Lapa Pintada em Jequitaiá – MG. Foto tirada em 2011 e a segunda foto na Jequitaiá dos anos 1970. Fonte: Acervo Pessoal da Professora Aparecida Costa / Acervo Pessoal de Thiago Pereira, 2011.

Estas são algumas das inúmeras possibilidades em sala de aula, há muitas outras, como uma “Caixa da Memória”, o aluno monta sua caixa com objetos pessoais e da sua família, relacionando a fatos e acontecimentos como roupas quando era criança, brinquedos quando fez aniversário, em datas como natal, dia das crianças e posteriormente, confecciona uma caixa da memória da cidade, em que os alunos levam objetos pessoais e de suas famílias que diga sobre o coletivo, sobre a cidade. Procedimentos e atividades como estas, contribuem

para a preservação e promoção do patrimônio arqueológico norte - mineiro como em qualquer área rupestres do mundo, além de que, atividades específicas como o trabalho com as fotografias, (re) uni a Pré-história à História, na medida de que o homem busca registrar, gravar sua passagem quer através dos grafismos representados nas rochas ou por meio, das mais modernas lentes e máquinas fotográficas, disponíveis no mercado para registros do homem contemporâneo.

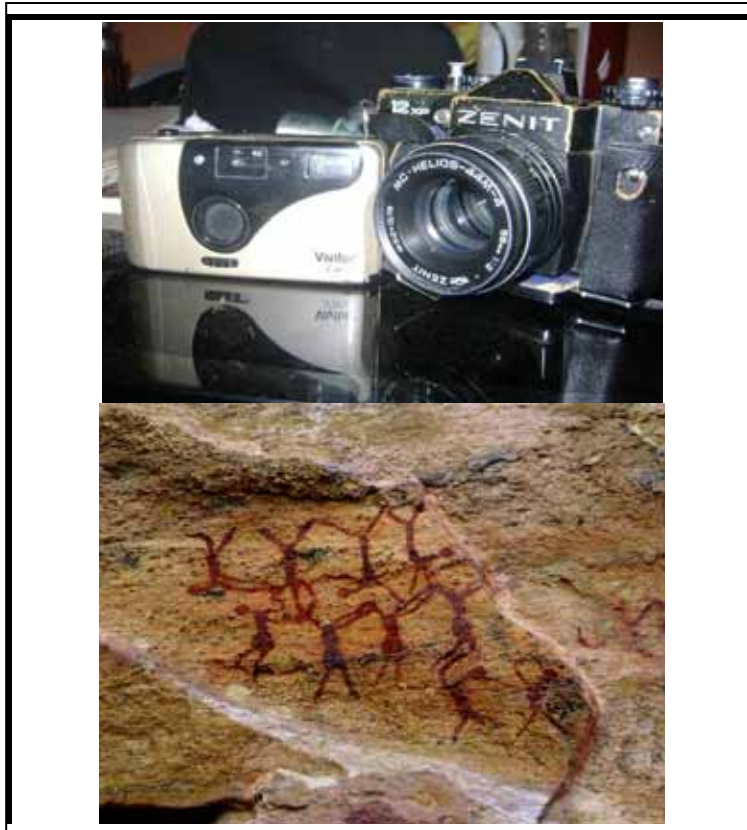


Figura 05 – Máquinas fotográficas e pinturas rupestres. Parque Nacional Serra da Capivara. PI.

Fonte: Acervo Pessoal de Thiago Pereira, 2011.

CONCLUSÃO

A preocupação com o Patrimônio Cultural é crescente, porque este retrata a memória e faz referência aos diversos grupos formadores da sociedade brasileira (artigo 216. Constituição Brasileira de 1988). Como é bem pontuado pela Carta magna do Brasil, o patrimônio cultural nacional é plural já que faz referência aos diversos grupos que forma(ra)m o país. O presente artigo destinou ao estudo do patrimônio cultural, aqui expresso pela vertente iconográfica e a arqueológica, da região norte de Minas Gerais. Não tendo pretensão de esgotar o assunto, mas de uma somatória aos trabalhos multidisciplinares sobre o assunto.

A dinâmica e a amplitude do patrimônio cultural ocorrem por tratar-se da diversidade de bens (materiais e imateriais) que são testemunhos do conhecimento do homem que se aprimora constantemente, a “herança de um passado vivo e latente que permite ao homem saber quem é e quem foi desde o início de sua existência até o momento.” (CORDEIRO, 2006, p. 53). Que o leitor sinta-se a vontade a se aventurar nesta aventura de conhecer o patrimônio cultural, mas de conhecer a si próprio.

REFERÊNCIAS:

BASTOS, Solange. *O Paraíso é no Piauí, a descoberta da arqueóloga Niède Guidon*. Rio de Janeiro: família Bastos editora, 2010.

BRAGA, Athos. 1930-1944. *Montes Claros em revista: Ilustração mensal literatura, comercio, esportes e pecuaria*. Montes Claros, Ano 1, Nº. 1, Abril 1944.

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRAUDEL, Fernand. Primeiros Utensílios, primeiros homens. In: *Memórias do Mediterrâneo: Pré-história e Antiguidade*. Rio de Janeiro: Mutinossa. 2001.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio: Conceito e Perspectivas. In: BESSA, Altamiro Mol. *Preservação do Patrimônio Cultural: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro!* Belo Horizonte: CREA-MG, 2004. p. 9 – 12.

CASTRO, Heloisa Netto. *Memórias escritas em 22/04/2011*.

CORDEIRO, Filomena Luciene. *A CIDADE SEM PASSADO: Políticas Públicas e Bens Culturais de Montes Claros – um estudo de caso*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2006.

COSTA, Lígia Martins. *De Museologia, Arte e Política de Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002. p. 269 - 279.

COTRIM, Gilberto. *História Geral e do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2005.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do Patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora Estação Liberdade Ltda. Título Original: L'allegorie Du Patrimoine. p. 11-25.

DIAS, CLAUDETE. Arqueologia e História: A Arte Rupestre no Contexto da Sociedade Piauiense. In: *FUMDHAMentos*. São Raimundo Nonato: FUMDHAM. Número 9. V. 1. Setembro, 2010. p. 985 – 1003.

FIGUEIREDO, Silvio Lima; PEREIRA, Edithe. Gestão do Patrimônio Arqueológico para o Turismo, análises dos sítios de arte rupestre de Monte Alegre e Serra das Andorinhas/Brasil. In: *FUMDHAMentos*. São Raimundo Nonato: FUMDHAM. Número 9. V. 1. Setembro, 2010. p. 1111 – 1124.

FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para Normatização e Publicações Técnico-Científicas*. 8ª ed. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. *Pré-história do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GUIDON, Niède. *As Ocupações Pré-Históricas do Brasil (excetuando a Amazônia)*. São Paulo: FAPESP/ Companhia das Letras, 1992.

HETZEL, Bia. *Pré-História do Brasil*. Barueri: Manati, 2007.

IEPHA/MG. *Diretrizes para a Proteção do Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 2008.

Jornal de Notícias. Haroldo Lívio. *Ginásio Municipal, Colégio Diocesano*. 26/02/2009.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989, p.15.

LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. Entrevista concedida em 02/06/2010.

LIMA, Ivan. *A fotografia e a sua linguagem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988, p.22.

MOURA, Luis Rodolfo da Silva. *O Uso da Iconografia nas Aulas de História*. 10 de Fevereiro de 2009. Disponível em <<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/o-uso-da-iconografia-nas-aulas-de-historia-763264.html>> Acessado em: 22 de Julho de 2011.

NERY, Laura Pereira. *IMAGENS E MEMÓRIA: ASPECTOS DA HISTÓRIA DE MONTES CLAROS REGISTRADOS ATRAVÉS DE FOTOGRAFIAS (1930-1960)*. Monografia apresentada à Graduação de História - Universidade Estadual de Montes Claros. Não Publicado.

OLIVEIRA, Henryria Márcia Ramos; NERY, Laura Pereira. *A história de Montes Claros através de seu patrimônio histórico material*. Ano 2009, p.115. Disponível em

http://www.cch.unimontes.br/biotemas/images/stories/arquivos/anais_biotemas_online_2010.pdf Acesso em: 13/01/2011

Parâmetros Curriculares Nacionais - História e Geografia. MEC/SEF, 1997. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf> > Acesso em: 13/01/2011.

PEREIRA, Thiago. *Exames Preliminares Sobre a Pré-História do Norte de Minas: A Partir da Pesquisa Sobre a Lapa Pintada de Jequitaí – MG*. In: História e História. Disponível em: < <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=39>>. Acesso em: 01.Dez, 2010.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales – a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.77.

VASCONCELOS, Maria Amélia Oliveira. *Entrevista* concedida em 21/03/2010.

VICTÓRIA, Carmen Netto. *Precursoras*. 18 de Março de 2011. Disponível em < <http://montesclaros.com/mural/cronistas.asp?cronista=Carmen%20Netto> > Acesso em 27/04/2001.